

POLÍTICA DE DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

Nós da **Sistema de Comunicação Plínio Eduardo Ltda**, (“Rádio Club FM”) pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 16.777.282/0001-78, temos o compromisso em garantir a transparência nas informações (“Dados Pessoais”) que tratamos e, por esse motivo, disponibilizamos ao usuário (“Você”) a presente Política de Direitos do Titular de Dados Pessoais (“Política de Direitos”).

As leis brasileiras de privacidade e proteção de dados pessoais asseguram a Você, titular de Dados Pessoais, uma série de garantias (“Direitos dos Titulares” ou “Direitos”) que o colocam no controle das informações que Você nos fornece. Seguem os referidos Direitos e como exercê-los:

1. Como exercer os seus Direitos?

A Rádio Club FM conta com profissionais treinados para atender às suas dúvidas e requisições. Para exercer seus Direitos, Você deverá preencher encaminhar e-mail para o endereço encarregadorradioclub@gmail.com.

2. Quais são os seus Direitos?

- **Confirmação da existência de tratamento:** Este Direito permite que Você possa requisitar e receber uma confirmação sobre a existência de coleta, armazenamento, compartilhamento ou qualquer tipo de Tratamento a partir de seus Dados Pessoais.
- **Acesso aos dados pessoais:** Este Direito permite que Você requirite e receba uma cópia gratuita e em formato acessível dos Dados Pessoais tratados por nós.
- **Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados:** Caso Você identifique alguma incorreção ou imprecisão nos seus Dados Pessoais que tratamos, poderá requerer que os retifiquemos.
- **Anonimização, bloqueio ou eliminação dos Dados Pessoais desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a legislação:** Este Direito permite que seja requerida a anonimização, o bloqueio ou a eliminação dos Dados Pessoais da nossa base. Todos os Dados coletados serão anonimizados, bloqueados ou eliminados dos nossos servidores quando assim for possível e requisitado por Você.
- **Portabilidade:** A Rádio Club FM permite a Você ou a terceiro nomeado, obter acesso aos Dados Pessoais que são tratados por nós em formato estruturado e interoperável, de acordo com a normatização pela ANPD.
- **Revogar ou não fornecer o consentimento:** Você tem o Direito de revogar o seu consentimento ou, se for o caso, de não nos fornecê-lo e ser informado sobre as consequências da negativa. Em alguns casos, é possível que da negativa decorra a impossibilidade de lhe prover determinados produtos ou serviços.
- **Revisão de decisões automatizadas:** Você tem o Direito de solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em Tratamento automatizado dos Dados Pessoais e de receber informações claras e adequadas a respeito dos critérios utilizados na decisão, desde

que essas informações não violem o código fonte ou qualquer segredo comercial ou industrial da empresa.

- **Oposição ao tratamento:** Existem situações em que a lei autoriza o tratamento de Dados Pessoais mesmo sem o seu consentimento, por exemplo, o envio de publicidade, *newsletter* ou novas ofertas. Caso não concorde com alguma finalidade de tratamento dos seus Dados Pessoais, Você poderá apresentar oposição, solicitando a sua interrupção.
- **Eliminação dos Dados Pessoais tratados com consentimento:** Caso tenha consentido com alguma finalidade de tratamento dos seus Dados Pessoais, Você pode sempre optar por retirar o seu consentimento. No entanto, isso não afetará a legalidade de qualquer tratamento realizado anteriormente à revogação. Se Você retirar o seu consentimento, é possível que fiquemos impossibilitados de lhe prestar certos serviços, mas iremos avisá-lo quando isso ocorrer.

3. Como a sua requisição será analisada?

Quando recebermos a sua requisição, o responsável analisará e poderá responder-lhe de duas maneiras, determinando que: (i) seu pedido é lícito e legítimo, devendo, portanto, ser acatado; ou (ii) seu pedido foi negado e, por determinadas razões, não poderá ser acatado. Não se preocupe, pois mesmo em caso de negativa iremos informar a Você os motivos pelos quais seu pedido não foi aprovado. Todas as nossas respostas serão sempre enviadas pelo mesmo meio pelo qual Você nos contatou, ou seja, pelo e-mail abaixo.

Talvez seja necessário solicitar-lhe informações específicas para confirmar sua identidade e garantir a possibilidade de que Você possa exercer os seus Direitos. Esta é uma medida de segurança para assegurar que os Dados não sejam divulgados a qualquer pessoa que não tenha legitimidade para recebê-los.

Caso seu pedido seja aceito, faremos o possível para contatar os nossos fornecedores e parceiros comerciais que podem ter acesso aos seus Dados Pessoais para que eles também retifiquem, eliminem ou exerçam qualquer outro Direito que Você requisitou. No entanto, infelizmente não podemos garantir o real exercício desses Direitos por esses terceiros, que utilizam, divulgam e protegem os Dados Pessoais de acordo com suas respectivas políticas.

Poderemos armazenar e manter, em forma de registro, um histórico das requisições de Direitos que Você fez para que possamos, se necessário, apresentá-lo às autoridades competentes como prova de que respondemos os pedidos em tempo hábil e da maneira adequada, conforme a legislação estabelece.

4. Em até quanto tempo responderemos à sua requisição?

Recebida a sua requisição, o nosso responsável retornará a Você uma resposta dentro de 30 (dias), em formato eletrônico ou impresso, com as informações pertinentes, salvo se for em formato simplificado, cuja resposta será dada no prazo de até 15 dias.

O prazo acima poderá ser alterado, nos termos da regulamentação da autoridade de proteção de dados.

Caso sejam necessários esclarecimentos ou maiores informações sobre o seu pedido, poderemos enviar a Você alguns questionamentos para que possamos responder à sua requisição de maneira satisfatória, de modo que os prazos estarão suspensos desde o envio dos nossos questionamentos até o recebimento da sua resposta.

5. Em quais situações poderemos negar o seu Direito?

Os seus Direitos não são absolutos e, por isso, apresentamos abaixo algumas situações que podem levar à negativa total ou parcial deles:

- preservação de segredo de negócio e propriedade intelectual da empresa;
- violação de direitos e liberdades de terceiros;
- as informações estão anonimizadas e, portanto, não são Dados Pessoais;
- obstrução à lei e justiça;
- os interesses legítimos da empresa sobrepõe-se aos do titular dos Dados;
- o titular fez requisições repetitivas, reiteradas ou excessivas.

De toda forma, responderemos às requisições em tempo e iremos informá-lo com clareza sobre os motivos que nos levaram à eventual negativa do seu pedido.

Como falar com a Rádio Club FM?

Caso tenha dúvidas, comentários ou sugestões relacionados a esta Política, Você pode entrar em contato pelo seguinte meio:

E-mail: encarregadorradioclub@gmail.com

Mudanças na Política de Direitos:

Como a Sistema de Comunicação Plínio Eduardo Ltda está sempre buscando melhorar seus serviços, essa Política de Direitos pode passar por atualizações. Desta forma, recomendamos que Você visite periodicamente esta página para ter conhecimento sobre as modificações. Caso sejam feitas alterações que necessitem de consentimento, iremos solicitar a Você.

Última modificação: 29/05/2024